



Universidade do Minho
Escola de Psicologia

Maria Manuel Pinheiro Marques da Silva

**Violência na Intimidade: Crenças
da comunidade africana lusófona residente
em Portugal**

**Violência na Intimidade: Crenças da comunidade
africana lusófona residente em Portugal**

Maria Manuel Pinheiro Marques da Silva

UMinho | 2017

junho de 2017



Universidade do Minho
Escola de Psicologia

Maria Manuel Pinheiro Marques da Silva

**Violência na Intimidade: Crenças
da comunidade africana lusófona residente
em Portugal**

Dissertação de Mestrado
Mestrado Integrado em Psicologia

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Marlene Matos

junho de 2017

DECLARAÇÃO

Nome: Maria Manuel Pinheiro Marques da Silva

Endereço eletrónico: a11543@alunos.uminho.pt

Telefone: 917619537

Bilhete de Identidade/Cartão do Cidadão: 10066582

Título da dissertação:

Violência na Intimidade: Crenças da comunidade africana lusófona residente em Portugal

Orientadora:

Professora Doutora Marlene Matos

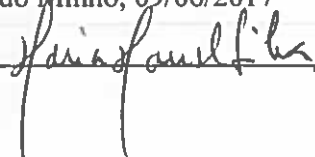
Ano de conclusão: 2017

Mestrado Integrado em Psicologia

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, 09/06/2017

Assinatura: _____



Índice

Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Abstract	v
Introdução	6
Crenças sobre a violência na intimidade	6
Comunidade africana lusófona em Portugal	10
O presente estudo.....	11
Metodologia	13
Amostra	13
Instrumento	15
Procedimento	16
Análise de dados	16
Resultados	17
Discussão	21
Referências	29

Índice de Tabelas

Tabela 1 Caracterização sociodemográfica da amostra (N=81)	14
Tabela 2 Descrição dos resultados da E.C.V.C., por total e fatores de legitimação	18
Tabela 3 Variáveis independentes e legitimação da violência (teste <i>t</i>)	18
Tabela 4 Variáveis independentes e legitimação da violência (correlação pearson- <i>r</i>)...19	
Tabela 5 “Contacto com a violência na intimidade” e legitimação da violência (ANOVA unifatorial- <i>F</i>)	20
Tabela 6 “Gravidade dos episódios” e legitimação da violência (ANOVA unifatorial- <i>F</i>).....	21

Agradecimentos

À Professora Doutora Marlene Matos, pela AMIZADE, profissionalismo, qualidade na orientação, motivação e por nunca me ter deixado desistir.

À Professora Doutora Carla Machado, pela sua genialidade, pela excelência do seu saber, pela MARCA que deixou, pelo exemplo de profissionalismo e por ter estado sempre disponível para reiniciar comigo esta tese. Por fim, ela aqui está!

À Doutora Mariana Gonçalves pelo apoio e disponibilidade na última fase desta tese.

À minha mãe, Conceição, por ter criado tempo, com a sua infinita BONDADE, para a finalização desta tese.

À(s) minha(s) filha(s), Inês e... por me mostrar(em) o significado de AMOR Infinito.

Ao Walthère, por acreditar que as pessoas só são felizes quando LIVRES e por me libertar sempre que necessito.

À comunidade africana lusófona residente em Portugal, pelo valioso contributo neste estudo e por fazerem parte da minha VIDA há mais de 10 anos.

Ao continente mágico, ÁFRICA, que me transformou, me marcou e me fez PESSOA.

Dedico esta tese ao meu pai, ADELINO, pela insistência na sua realização e finalização, pelas palavras certas no momento certo e por ter acreditado que um dia seria possível. Pelo amor a África, nomeadamente a São Tomé e Príncipe, e por me ter tatuado essa paixão tornando-me hoje a pessoa que sou.

Violência na Intimidade: Crenças da comunidade africana lusófona residente em Portugal

Resumo

O estudo teve como objetivo identificar e analisar as crenças que a comunidade africana lusófona, residente em Portugal, sustenta sobre a violência na intimidade. Os participantes (N=70) responderam a um inquérito *online*, adaptado da Escala de Crenças sobre a Violência Conjugal, privilegiando-se o método quantitativo, com recurso ao programa *Statistical Package for the Social Sciences*, versão 22.0. Os resultados apontaram para uma reduzida legitimação da violência na intimidade, sendo que esta era menos legitimada quando acontecia para preservar a privacidade familiar e mais legitimada quando se tratava da “*pequena violência*”. Três variáveis evidenciaram um impacto significativo nas crenças deste grupo-alvo: sexo masculino legitimava mais a violência, residentes em zonas urbanas apresentavam uma menor tolerância à violência e residentes há mais tempo em Portugal apresentavam uma menor legitimação face à violência. Constatou-se que a percentagem de participantes que admitiram ter sido vítimas era reduzida (17,3%) e do sexo feminino. Neste subgrupo, assistiu-se a uma maior legitimação quando os episódios eram avaliados como não graves. Esperamos, assim, que este estudo reforce o V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, 2014-2017, bem como contribua para uma mudança nos discursos sobre violência na intimidade dentro desta comunidade.

Palavras-chave: violência na intimidade, crenças, legitimação, comunidade africana lusófona

Intimacy Violence: Beliefs from the lusophone African community living in Portugal

Abstract

The objective of this study was to identify and analyze the beliefs that the lusophone African community, living in Portugal, maintains about intimacy violence. Participants (N = 70) responded to an online survey, adapted from the Beliefs Scale on Conjugal Violence, focusing on the quantitative method and using the Statistical Package for the Social Sciences program, version 22.0. The results indicated a reduced legitimation of violence in intimacy, which was less legitimized when it was to preserve family privacy and more legitimized when it came to "small violence". Three variables showed a significant impact on the beliefs of this target group: the male gender legitimized more violence, urban residents had a lower tolerance to violence and the longest residents in Portugal had less legitimation of violence. The study found also that the percentage of participants who admitted to being victims was low (17.3%) and from the female gender. In this subgroup, the legitimation was bigger when the episodes were evaluated as non-serious. We hope that this study will reinforce the Fifth National Plan to Prevent and Combat Domestic and Gender Violence, 2014-2017, as well to contribute to a change in the intimacy violence discourses inside of this African community.

Key-words: Intimacy violence, beliefs, legitimation, lusophone African community

Introdução

Refletindo sobre a origem das crenças, percebemos que o nosso desenvolvimento é construído com base nas interações com os outros, sendo que tudo que nos rodeia tem uma forte influência e as crenças aparecem como consequência das percepções que vamos construindo ao longo da vida. O fenómeno da violência está diretamente associado às representações sociais e o que se considera violento, ou não, tem origem no quadro de referência que cada um possui (Machado, 2010 cit. in Ventura, Frederico-Ferreira & Magalhães, 2013). Indo de encontro a esta ideia, Mendes e Cláudio (2010, cit. in Ventura, Frederico-Ferreira & Magalhães, 2013) são da opinião que a legitimação da violência é, muitas vezes, consequência de crenças erradas que desculpabilizam as condutas abusivas sendo interiorizadas desde muito cedo e acabando por influenciar os nossos comportamentos. Neste estudo adotamos a definição de violência na intimidade segundo Matos, que consiste no *“conjunto de condutas intencionais e continuadas, de carácter abusivo, perpetradas sobre o companheiro(a) numa relação íntima, traduzindo-se em maus tratos físicos, psicológicos, verbais e/ou sexuais e, na sua consequência mais gravosa, em homicídio”* (2006, p.27).

Tendo por base o pressuposto da necessidade de investigação empírica sobre este tema, o presente estudo teve como principal objetivo identificar, analisar e discutir as crenças sobre a violência na intimidade sustentadas pela comunidade africana lusófona residente em Portugal. Trata-se de um estudo inovador na medida em que esta problemática, tanto quanto sabemos, não foi ainda alvo de atenção científica junto desta comunidade, podendo abrir caminho para outros estudos.

Crenças sobre a violência na intimidade

Em Portugal, alguns estudos analisaram as crenças que existem sobre a violência na intimidade. Destacamos o estudo de Machado, Matos, Saavedra, Cruz, Antunes, Pereira, Rato, Pereira, Carvalho e Capitão (2009) sobre as crenças e atitudes dos profissionais de saúde, polícias e professores face à violência conjugal. Apesar das conclusões apontarem para uma tendência de discordância moderada face ao conjunto das crenças legitimadoras da violência conjugal, constatou-se através da escala E.C.V.C (Escala de Crenças sobre a Violência Conjugal), a existência de crenças, tais como, *os maus tratos só ocorrem quando há outros problemas dentro da família* (36.4% de acordo no grupo policial e 9.3% nos profissionais de saúde) e de que *a causa da*

violência é o abuso de álcool (28.3% no grupo policial e 14.7% nos profissionais de saúde). Especificamente, entre o grupo policial, os itens que estão ligados à não intervenção externa e ao valor da privacidade familiar reuniram alguma concordância preocupante: *em casos de violência conjugal, a polícia deve apenas tentar acalmar os ânimos e reconciliar o casal* (32.9%), *a violência conjugal é um assunto privado, deve ser resolvido em casa* (22.4%) (Machado et al., 2009).

Segundo um outro estudo intitulado “*Violência nas relações de namoro: Comportamentos e atitudes na população universitária*”, realizado por Machado, Matos e Moreira (2003), a partir da escala E.C.V.C, os autores concluíram também que a generalidade dos sujeitos apresentava um reduzido nível de concordância com as crenças legitimadoras da violência. Contudo, os estudantes do sexo masculino revelaram um maior grau de tolerância à violência, suportando a crença de que a violência poderá ser justificável face a determinadas condutas da mulher. Corroborando estes dados, os estudos de Caridade (2011), Mendes e Cláudio (2010), ambos citados por Ventura, Frederico-Ferreira e Magalhães, 2013, com jovens de ambos os sexos do ensino universitário, secundário e profissional, revelaram reduzidos níveis de legitimação da violência e também diferenças significativas nos dois sexos, com o sexo masculino a mostrar uma maior aceitação da violência. Acresce, ainda, que os estudantes mais novos (de ambos os sexos) revelaram uma maior tolerância a este tipo de violência. Ainda no estudo de Machado, Matos e Moreira (2003), os estudantes consideraram importante preservar a privacidade familiar, acreditaram que a violência poderia ser atribuível a causas externas e fora de controlo do ofensor (e.g., álcool ou pobreza), e minimizaram mais a “pequena violência” no contexto das relações íntimas.

Igual conclusão obteve um estudo de Ventura, Frederico-Ferreira e Magalhães (2013), com uma amostra constituída por 688 estudantes de duas escolas secundárias (61.30% do sexo masculino e 38.70% do sexo feminino). Os autores verificaram que, na sua maioria, os jovens inquiridos não legitimavam a violência. No entanto, alguns (11.8%) que legitimaram a violência pontuaram valores elevados na justificação da violência por causas externas (e.g., álcool) e na preservação da privacidade familiar. Os resultados demonstraram, também, uma concordância maior dos indivíduos do sexo masculino com as condutas violentas.

Seguindo a mesma linha de conclusões, mas agora com outra população alvo, e usando o E.C.V.C, num estudo intitulado “*Violência nas famílias portuguesas: Um estudo representativo na região Norte*”, de Machado (no prelo, cit. in Matos, 2006), os

resultados apontaram para uma tendência de resposta desfavorável aos itens que compõem a escala. A diferença nos sexos foi evidente, com os homens a reforçarem mais o conjunto de crenças sustentadoras da violência, assim como cada um dos fatores da escala, ocupando mais frequentemente o papel de agressores conjugais. Por fim, agressores e vítimas, legitimaram mais a violência na pontuação total e nos vários fatores da escala.

Utilizando agora a população alvo dos enfermeiros e estudantes de enfermagem, o estudo “*Crenças de Enfermeiros e Estudantes de Enfermagem acerca da Violência Conjugal*”, realizado por Sousa, Baúto e Rodrigues (2011), usando a E.C.V.C, teve como principais conclusões a existência de uma percepção legitimadora de violência conjugal quando falamos da pequena violência. Os autores concluíram que a presença de crenças ligadas à violência conjugal não é influenciada pela prática profissional e, conseqüentemente, que a idade não alterava as crenças, contrariamente ao que era de esperar, ou seja, que indivíduos mais velhos apresentassem mais crenças enraizadas face a profissionais mais novos. Por fim, constataram que os indivíduos do sexo masculino apresentavam mais crenças legitimadoras da violência conjugal.

Em suma, os estudos nacionais remetem-nos para uma reduzida legitimação da violência por parte das várias populações, bem como para uma maior legitimação pelos indivíduos do sexo masculino. Quanto a outras variáveis sociodemográficas (e.g., idade) ou às crenças legitimadoras baseadas em causas externas, preservação da privacidade familiar e banalização da pequena violência, os estudos não foram consensuais. As hipóteses desta investigação são assim informadas pela análise destes estudos, não descorando o que se tem feito a nível da investigação internacional.

Remetendo-nos para o plano internacional, num estudo realizado com 396 médicos palestinianos, Haj-Yahia, Sousa, Alnabilsy e Elias (2015), pretenderam avaliar a influencia da ideologia patriarcal e a exposição à violência familiar nas crenças acerca da violência contra as mulheres. Os resultados revelaram que uma grande percentagem de médicos exprimia vontade em justificar a violência e existia uma tendência em acreditar que as mulheres batidas beneficiavam da violência e eram culpadas pelos maus tratos. Os resultados revelaram, ainda, que as variâncias nas crenças dos médicos acerca da violência podiam ser atribuídas à sua ideologia patriarcal e à sua exposição à violência familiar durante a infância e adolescência. Já na Turquia, com estudantes de enfermagem, NHaj-Yahia e Uysal (2011) revelaram que entre 8% a 27% dos estudantes

expressaram algum nível de disposição para justificar a violência contra a mulher, entre 8% a 11% mostraram tendência para acreditar que as mulheres batidas beneficiavam do abuso e entre 10% a cerca de 29% indicaram que as mulheres batidas eram responsáveis pelo abuso. Os resultados também indicaram, tal como no estudo com os médicos palestinos (Haj-Yahia, Sousa, Alnabilsy & Elias, 2015), que as crenças dos estudantes acerca da violência podiam ser atribuídas à sua ideologia patriarcal, à sua exposição à violência familiar durante a infância e adolescência e aos sintomas traumáticos que daí advém.

Na área social, Haj-Yahia e Shen (2015) num estudo realizado com 790 estudantes de serviço social de Taiwan verificaram que, mais uma vez, os estudantes do sexo masculino exibiam uma grande tendência para justificar a violência contra as mulheres e para suportar a responsabilidade das mulheres vitimas pelo abuso sofrido. Esta tendência foi, também, encontrada entre os estudantes que sustentavam atitudes tradicionais em relação às mulheres, estudantes que tinham expectativas patriarcais sobre o casamento e estudantes que tinha testemunhado violência entre os pais na infância (tal como nos estudos de Haj-Yahia, Sousa, Alnabilsy & Elias, 2015 e NHaj-Yahia & Uysal, 2011). Adicionalmente, os estudantes do sexo masculino e com atitudes tradicionais sobre as mulheres exibiam mais tendência para acreditar que estas beneficiavam dos maus-tratos.

Já no continente africano, as conclusões vão no sentido de uma maior acentuação das crenças legitimadoras da violência na intimidade. Em Angola, num estudo qualitativo efetuado por Nascimento, Ribeiro e Sousa (2014), intitulado *“Perceções e práticas de profissionais de saúde de Angola sobre a violência contra a mulher na relação conjugal”*, as autoras verificaram que as perceções dos participantes eram fortemente marcadas pela construção cultural do papel social da mulher na família enquanto mãe e esposa e extremamente carregadas de preconceitos, fundamentados na suposta superioridade masculina, atribuindo ao homem uma condição de dominação e à mulher uma condição de ser frágil e desprotegido. Segundo as autoras, as suas visões expressavam as relações hierárquicas de género que geravam a violência, atribuindo à mulher a responsabilidade pelas agressões. Resultados idênticos obteve o estudo qualitativo de Tomás (2016), em Moçambique, nas cidades de Nampula e Maxixe. O autor concluiu que a sociedade moçambicana integra o conflito como parte da relação conjugal. Com efeito, para os entrevistados deste estudo, as relações conjugais eram relações de poder que traduziam uma dominação e subordinação, envolvendo os

conflitos conjugais a imposição da vontade de uns (homem) e a cedência de outros (mulheres). Para as mulheres, o relacionamento conjugal assentava na imposição das vontades dos maridos e na acomodação delas à subserviência.

Por fim, em Cabo Verde, num estudo recente de Neves, Cameira, Machado, Duarte e Machado (2016), com 221 jovens portugueses e 183 jovens cabo-verdianos do ensino secundário, sobre as crenças tradicionais sobre a violência na intimidade e sobre a frequência dos autorrelatos do comportamento violento nas relações de namoro, os resultados revelaram que os jovens adolescentes cabo-verdianos apresentavam crenças tradicionais mais fortes que os portugueses, mas não se verificaram diferenças na prevalência da violência entre as duas amostras. Os autores sugeriram, assim, que as campanhas contra a violência na intimidade não eram tão eficazes em Cabo Verde como pareciam ser em Portugal.

Comunidade africana lusófona em Portugal

Refletindo sobre a caracterização das minorias étnicas africanas oriundas dos PALOP's residentes em Portugal, na ótica de L. Machado (2001), na população africana em Portugal existem três perfis que se distinguem entre si: os luso africanos, migrantes laborais e os novos luso-africanos, os descendentes destes últimos ou segundo Gusmão (2004), a “*geração perigosa*”. Estes três grupos distinguem-se pelos contrastes ou continuidades que apresentam face à população portuguesa¹. Os luso-africanos, pelo seu estatuto socioprofissional, pela língua ou pela sociabilidade, destacando as famílias miscigenadas e as redes de amizade interétnicas que mantêm, estão próximos de uma continuidade, social e cultural. Por razões como as datas de chegada, o tempo de residência, as características sociais e culturais, o modo diferente como se inseriram na sociedade, os trajetos percorridos antes e depois da vinda para Portugal, a nacionalidade portuguesa que muitos detêm, muitos deles não se consideram imigrantes. Segundo L. Machado (2003), o termo mais correto para lhes chamar é “*retornados não brancos*”. Os migrantes laborais, marcados pela precariedade dos seus empregos e por condições de vida difíceis, apresentam uma situação de contraste social e cultural. Os novos luso-africanos, cujas altas taxas de insucesso e abandono escolar levam a que muitos

¹ Convém realçar que esta foi a única tipologia encontrada aquando do levantamento bibliográfico sobre o tema.

acreditem num perfil não muito diferente dos seus pais, parecem, por um lado, apresentar um contraste social, e, por outro, uma continuidade cultural. A continuidade traduz-se, e segundo L. Machado (2003), no facto de nascerem e/ou crescerem em Portugal, levando a que não se afastem muito em termos de sociabilidade, língua ou posição religiosa, de outros grupos juvenis urbanos que tenham uma condição social similar. Os contrastes aparecem na existência de diferenças de vários tipos entre os imigrantes e os seus descendentes.

Paralelamente, quando fazemos uma comparação entre as duas tipologias, luso-africanos e novos luso-africanos, L. Machado (2003) conclui que o tempo de permanência em Portugal e os reduzidos níveis de diferenças culturais com a população portuguesa, são características que encontramos nestas duas tipologias (e que não encontramos entre os novos luso-africanos e os migrantes laborais). Como pontos comuns o autor aponta, ainda, o não se considerarem imigrantes e o demarcarem-se dos migrantes laborais por não avaliarem a sua presença em Portugal como transitória. Como diferença, o autor aponta a condição social. Se os luso-africanos se situam na classe média urbana ou nas elites, os novos luso-africanos reproduzem a condição social dos pais, inserindo-se no operariado e tendo empregos instáveis e precários. Enquanto os luso-africanos estão bem integrados na sociedade portuguesa nos planos económicos, profissional e relacional, os novos luso-africanos estão mal integrados e limitados nas suas oportunidades em consequência das dificuldades em que vivem os seus pais (L. Machado, 2003).

Como diferença entre os migrantes laborais e os novos lusos africanos, o autor refere o conformismo, a descrição e o retraimento dos migrantes laborais que não se espelha como atitude entre os novos luso-africanos. Se os pais se comparam com aqueles que não imigraram e se sentem superiores a eles, já os filhos têm como grupo de referência os jovens da sociedade que os acolheu, ou seja os jovens portugueses (L. Machado, 2003).

O presente estudo

Estudar as crenças que a comunidade africana lusófona tem sobre a violência na intimidade deveu-se, por um lado, ao interesse desde sempre da investigadora sobre o fenómeno e, por outro, após viver mais de 10 anos em África, surgir a necessidade de

aprofundar o conhecimento sobre as crenças desta comunidade face à problemática. Ao longo do seu percurso profissional deparou-se, muitas vezes, com a necessidade de saber mais sobre o tema e de constatar que muito pouco se estudou sobre a violência na intimidade junto da comunidade africana em Portugal. Acresce o fato de haver também muito pouca literatura sobre a caracterização da comunidade africana em Portugal. Na verdade, não há muita investigação que trace um retrato conjunto e atual da comunidade africana lusófona. Há estudos de âmbito geral (multitemático) que se debruçam sobre uma comunidade em particular: os cabo-verdianos, os guineenses, os são-tomenses, etc.; ou, então, estudos que abordam um certo tema (ex. educação, saúde) e que referem as várias comunidades. Os poucos trabalhos disponíveis e que fazem esse retrato geral da comunidade já têm alguns anos (e.g., L. Machado, 1994; 2001; 2003). A relevância social e científica, a par da gravidade do fenómeno e dos números da imigração dos PALOP's em Portugal são outras razões que sublinharam a pertinência de uma investigação como esta.

Para o presente estudo delineou-se como questão de investigação: *“Quais são as crenças que a comunidade africana lusófona, residente em Portugal, sustenta sobre a violência nas relações de intimidade?”*. As hipóteses formuladas foram:

1 – A comunidade lusófona africana residente em Portugal, em geral, sustenta crenças legitimadoras sobre a violência na intimidade?

2. A comunidade lusófona africana residente em Portugal, especificamente, sustenta crenças legitimadoras sobre a violência na intimidade baseadas:

2.1 - Na banalização da pequena violência (fator 1)?

2.2 - Na legitimação da violência pela conduta da mulher (fator 2)?

2.3 - Na legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas (fator 3)?

2.4 - Na legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar (fator 4)?

3 – Há fatores que interferem nas crenças sobre a violência na intimidade sustentadas pela comunidade lusófona africana residente em Portugal?

3.1- O sexo masculino legitima mais a violência na intimidade do que o sexo feminino?

3.2 - Os mais velhos sustentam mais crenças sobre a violência na intimidade do que os mais novos?

3.3 - Os residentes há mais tempo em Portugal apresentam uma menor tolerância à violência na intimidade?

3.4 – Os residentes em zonas urbanas apresentam uma menor tolerância à violência na intimidade do que os que residem em zonas rurais?

3.5 - Os que têm profissões indiferenciadas revelam mais crenças sobre a violência na intimidade do que aqueles que têm profissões diferenciadas?

4 – A comunidade lusófona africana residente em Portugal com mais formas de conhecimento sobre a violência na intimidade (ex. campanhas nos *mass media*; leitura de artigos, livros; ações de formação, sensibilização, informação; televisão; relatos de outras pessoas) é menos legitimadora da violência na intimidade do que aqueles com menos formas e/ou sem formas de conhecimento sobre a problemática?

5 – A comunidade lusófona africana residente em Portugal que é vítima de violência na intimidade apresenta uma maior legitimação face à violência do que aqueles que não foram vítimas?

5.1 – Os que são vítimas de violência na intimidade que relataram muita gravidade apresentam uma maior legitimação face à violência do que aqueles que foram vítimas de violência “sem” gravidade?

5.2 - Os que são vítimas de violência na intimidade que relataram mais frequência apresentam uma maior legitimação face à violência do que aqueles que foram vítimas com menos frequência?

5.3 - Os que são vítimas de violência na intimidade há mais de 10 anos apresentam uma maior legitimação face à violência do que aqueles que foram vítimas há menos de 1 ano?

Metodologia

Amostra

A amostra foi composta por 81 participantes oriundos dos PALOP's, sendo que a média de idades era de 33.7 anos ($DP = 12.1$), variável entre os 18 e os 67 anos e o

tempo médio de residência em Portugal era de 14.2 anos ($DP = 13.0$), variável entre menos de 1 ano e 43 anos (Tabela 1).

Tabela 1

Caracterização sociodemográfica da amostra (N=81).

Amostra	N	%
Sexo		
Masculino	35	43.2
Feminino	46	56.8
Nacionalidade (s)		
Portuguesa	24	29.6
São-Tomense	20	24.7
Cabo-Verdiana	18	22.2
Moçambicana	7	8.6
Guineense	6	7.4
Angolana	6	7.4
País de origem		
São Tomé e Príncipe	27	33.3
Cabo Verde	23	28.4
Angola	12	14.8
Guiné Bissau	11	13.6
Moçambique	8	9.9
Residência		
Urbana	78	96.3
Rural	3	3.7%
Estado civil		
Sem relação formal	58	71.6
Com relação formal	23	28.4
Nível socioeconómico		
Médio/Médio Alto	49	60.5
Baixo/Médio Baixo	32	39.5
Categorias profissionais		

Diferenciada (categoria 0 à 4)	38	46.9
Indiferenciada (categoria 5 à 9)	24	29.6
Estudantes (categoria 10)	19	23.5

Instrumento

Para este estudo foi revista e adaptada a E.C.V.C (Matos, Machado & Gonçalves, 2008). Essa adaptação consistiu em tornar o inquérito mais inclusivo em termos de sexo, ou seja, abordar a temática da violência na intimidade quando esta é exercida pelos homens contra as mulheres e pelas mulheres contra os homens. Por exemplo, refira-se o uso da palavra parceiro(a) em vez de homem ou mulher nas diferentes afirmações. A mudança da terminologia original de “maus tratos” para “violência na intimidade” também foi outra das adaptações efetuadas. O inquérito dividia-se em 3 partes: parte I – dados sociodemográficos (sexo, idade, nacionalidade(s), país de origem, residência, tempo de permanência em Portugal, estado civil, nível socioeconómico, profissão); parte II – Contacto com a temática; contacto com número de casos de violência na intimidade; formas de conhecimento sobre a temática (ex. formal e/ou informal); e foi vítima ou não de violência na intimidade; parte III – 25 afirmações relativas a crenças sobre a violência na intimidade em que os sujeitos se deveriam posicionar em termos de grau de concordância/ discordância. As opções de resposta encontravam-se formuladas numa escala do tipo *likert* de cinco pontos (1 - *discordo totalmente*; 2 - *discordo*; 3 - *não concordo nem discordo*; 4 - *concordo*; 5 - *concordo totalmente*). A escala revelou uma elevada consistência interna calculada através do coeficiente *alpha* de Cronbach (0.93) e a análise fatorial demonstra que esta é composta por quatro fatores que explicam 56% da variância dos resultados: fator 1 – *legitimação e banalização da pequena violência*, fator 2 – *legitimação da violência pela conduta da mulher*, fator 3 – *legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas* e fator 4 – *legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar* (Machado et al., 2009). A pontuação total do ECVC pode variar entre 25 e 125, sendo que o fator 1 pode variar de 16 a 80, o fator 2 de 10 a 50, o fator 3 de 8 a 40 e, por último, o fator 4 de 6 a 30.

Procedimentos

O inquérito foi disseminado online, utilizando o programa *Survey Creator*, nomeadamente junto de algumas universidades (públicas e privadas), de organizações/associações que trabalham com a comunidade africana residente em Portugal, das redes sociais (ex. Facebook) e utilizando a estratégia “bola de neve”. Os dados foram recolhidos entre novembro de 2016 e janeiro de 2017.

Os critérios para fazer parte deste estudo foram: ter mais de 18 anos, residir em Portugal e ser originário(a) de um país africano lusófono. Todos os participantes foram informados de que a participação era voluntária, tendo liberdade para desistir a qualquer momento da recolha, não envolvendo qualquer tipo de risco ou prejuízo. Foram garantidos os pressupostos éticos e de confidencialidade subjacentes à investigação científica, tendo sido pedida previamente autorização aos autores da ECVC, à editora para que esta pudesse fazer parte do estudo e ser colocada online e, ainda, à Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Minho (processo SECSH017/2017).

Análise dos dados

Neste estudo, privilegiou-se o método quantitativo e a análise dos dados foi realizada com recurso ao programa informático *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 22.0. Inicialmente realizou-se uma estatística descritiva que permitiu descrever um conjunto de dados (Martins, 2011), usando as frequências para se caracterizar a amostra em termos sociodemográficos. Posteriormente, analisou-se a média e o desvio padrão para as variáveis dependentes E.C.V.C Total, Fator 1, Fator 2, Fator 3 e Fator 4, calculando-se o grau de legitimação da violência na intimidade, bem como a nível dos 4 fatores que compõem a escala. Através da estatística inferencial, que permitiu testar analiticamente as hipóteses que orientam a investigação (Martins, 2011), utilizaram-se testes de associação tal como o coeficiente de correlação de Pearson (r), que averigua se duas (ou mais) variáveis intervalares estão associadas. As variáveis independentes analisadas foram a idade e o tempo de residência com a variável dependente ECVC Total, de modo a se verificar a associação entre estas duas variáveis e a maior ou menor legitimação da violência na intimidade.

De entre os testes de diferenças, “*que permitem avaliar o efeito de uma variável independente sobre uma variável dependente*” (Martins, 2011, p. 132), utilizou-se o teste de

diferenças inter-sujeitos “Teste *T* para Amostras Independentes”, de modo a averiguar a existência de diferenças significativas nos dois grupos independentes, dentro de cada variável independente (sexo, residência, estado civil, nível socioeconómico, vítimas), relativamente à legitimação da violência.

Recorreu-se, ainda, a uma Análise de Variância (ANOVA) Unifatorial (*F*) para comparar três ou mais grupos independentes ao nível de uma variável dependente intervalar. Trata-se dum teste que é uma extensão do teste *t*, comparando, desta vez, 3 ou mais grupos (Martins, 2011). Utilizou-se este teste para as variáveis independentes: profissão; contacto com a violência na intimidade; número de contactos; formas de conhecimento; duração, frequência e gravidade dos episódios, pretendendo-se verificar a existência de diferenças a nível da legitimação da violência em função dessas variáveis.

Por fim, para a análise dos subgrupos das vítimas e não vítimas, utilizou-se o teste de associação Qui-Quadrado (*Chi-Square Test, X²*), cruzando duas variáveis nominais (vítima ou não vítima e sexo), pretendendo averiguar a existência de uma associação entre elas.

Resultados

Dos 81 participantes da amostra total, consideraram-se para a análise 70 participantes, aqueles que concluíram na íntegra o inquérito. Os restantes 11 foram excluídos para as análises estatísticas, tendo apenas sido considerados para efeito de caracterização sociodemográfica da amostra.

Usando uma análise descritiva para os resultados do ECVC total, verificou-se que a média (*M*) das respostas foi de 45.06 (*DP* = 12.3), numa variação de pontuação mínima de 25 e máxima de 74. Ora, esta média era reduzida o que nos fez concluir que os participantes sustentavam, em geral, uma reduzida legitimação da violência na intimidade e neste contexto e através de uma análise aprofundada aos quatro fatores que compõe a escala, conclui-se que todos os fatores apresentavam médias reduzidas, conforme Tabela 2. Não obstante essa tendência de não legitimação da violência a nível dos diferentes fatores, concluiu-se que era sobretudo a pequena violência que surgia mais legitimada dentro do contexto das relações íntimas (fator 1), uma vez que foi este fator que apresentou a maior média quando comparadas as médias de todos os outros (*M* = 27.01, *D.P* = 8.0, numa variação de pontuação mínima de 16 e máxima de 48). De seguida, surgiu o fator 2, sucedido pelo fator 3, e, finalmente, o fator 4.

Tabela 2

Descrição dos resultados da E.C.V.C., por total e fatores de legitimação.

	<i>N</i>	Média	Desvio Padrão
ECVC Total	70	45.06	12.344
ECVC_F1	70	27.01	8.055
ECVC_F2	70	18.29	5.435
ECVC_F3	70	15.70	4.918
ECVC_F4	70	12.83	4.472

Usando uma análise através do Teste *T* para Amostras Independentes (*t*), cf. Tabela 3, verificaram-se diferenças significativas entre homens e mulheres ao nível da legitimação da violência, $t(68) = 2.64, p = .010$, com os homens a legitimarem mais a violência ($M = 49.4; DP = 13.4$) do que as mulheres ($M = 41.8; DP = 10.5$).

Foram também encontradas diferenças significativas nas pessoas que moravam em zona urbanas ($M = 44.4; DP = 11.9$) e rurais ($M = 66.0; DP = 11.3$). Residentes em zonas rurais legitimaram mais violência do que os residentes em zonas urbanas, $t(68) = 2.53, p = .014$

Já relativamente ao estado civil, não se verificaram diferenças significativas ($t(68) = -0.235, p = 0.81$) entre os que apresentaram uma relação formal ($M = 44.5; DP = 14.3$) e os que não tinham relação formal ($M = 45.3; DP = 11.6$). O mesmo para o nível socioeconómico ($t(68) = 0.574, p = 0.568$) entre os que apresentaram um nível socioeconómico médio/médio alto ($M = 44.3; DP = 13.6$) e baixo/médio baixo ($M = 46.1; DP = 10.4$). Por fim, os dados também não apontaram diferenças significativas entre as vítimas ($M = 41.7; DP = 9.9$) e as não vítimas ($M = 45.8; DP = 12.7$), não influenciando essa condição o grau de legitimação da violência ($t(68) = 1.046, p = 0.299$).

Tabela 3

Variáveis independentes e legitimação da violência (teste *t*).

	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>t</i> (68)
Sexo			2.64*
Homem	49.4	13.4	
Mulher	41.8	10.5	
Residência			2.53*

Urbana	44.4	11.9	
Rural	66.0	11.3	
Estado Civil			-0.235
Com relação formal	44.5	14.3	
Sem relação formal	45.3	11.6	
NSE			0.574
Baixo/Médio Baixo	46.1	10.4	
Médio/Médio Alto	44.3	13.6	
Vítima			1.046
Sim	41.7	9.9	
Não	45.8	12.7	

* $p < .05$

Usando o coeficiente de Correlação de Pearson (r), cf. Tabela 4, não se verificou correlação entre a idade e os valores totais da E.C.V.C. ($r = -0.073$, $p = 0.547$) mas verificou-se uma correlação significativa entre o tempo de residência em Portugal e a legitimação da violência ($r = -0.378$, $p = 0.001$): participantes residentes há mais tempo em Portugal legitimavam menos a violência na intimidade.

Tabela 4

Variáveis independentes e legitimação da violência (correlação de pearson - r).

		Idade	Tempo Residência	ECVCTotal
Idade	Correlação Pearson	1	.657**	-.073
	Sig. (bilateral)			.547
	<i>N</i>	81	81	70
Tempo Residencia	Correlação Pearson	.657**	1	-.378**
	Sig. (bilateral)	.000		.001
	<i>N</i>	81	81	70
ECVCTotal	Correlação de Pearson	-.073	-.378**	1
	Sig. (bilateral)	.547	.001	
	<i>N</i>	70	70	70

**A correlação é significativa no nível 0,01 (bilateral)

Quando se recorreu a uma análise de variância (ANOVA) unifatorial (F), cf. Tabela 5, não se verificaram diferenças significativas entre as categorias profissionais ($F(2,67) = 1.76$, $p = 0.180$), entre o número de contactos com casos de violência (F

(2,39) = 0.59, $p = 0.558$) e entre as formas de conhecimento sobre a temática e a legitimação da violência ($F(2,67) = 1.43, p = 0.246$).

Contrariamente a esses resultados, quando se analisou a variância entre ter tido contacto com a problemática da violência na intimidade e a legitimação da violência, verificou-se a existência de diferenças significativas ($F(2,67) = 4.85, p = 0.011$), as quais se traduziram, através do teste pos-hoc de Bonferroni, na seguinte evidência: os participantes que não tiveram contacto com a problemática ($M = 51.6, DP = 12.1$) legitimaram mais significativamente a violência do que os participantes que não se lembravam se tiveram contacto ($M = 45.9, DP = 10.0$) e os que tiveram contacto ($M = 41.7, DP = 11.8$).

Tabela 5

“Contacto com a violência na intimidade” e legitimação da violência (ANOVA unifatorial - F).

	N	Média	Desvio Padrão	$F(2,67)$
Não	20	51.60	12.150	4.848*
Sim	41	41.68	11.812	
Não me lembro	9	45.89	9.993	
Total	70	45.06	12.344	

* $p < .05$

Quanto aos participantes que reportaram ter sido vítimas (ver Tabela 6), a nível da duração dos episódios ($F(3,8) = 1.23, p = 0.361$) e da frequência ($F(2,9) = 0.76, p = 0.495$), não se verificaram diferenças significativas entre estas variáveis e a legitimação da violência. Já sobre a gravidade dos episódios, verificaram-se diferenças significativas ($F(2,9) = 7.07, p = 0.014$), que se traduziram, através do teste post hoc de Bonferroni, na seguinte evidência: os que avaliaram os episódios de violência como não sendo graves ($M = 50.0, DP = 5.29$) legitimaram mais a violência do que aqueles que avaliaram a violência como muito grave ($M = 29.67, DP = 4.51$), sendo que o grupo que avaliou os episódios apenas como graves ($M = 43.5, DP = 8.04$) não se diferenciou estatisticamente dos outros dois grupos.

Tabela 6

“Gravidade dos episódios” e legitimação da violência (ANOVA unifatorial - F).

	<i>N</i>	Média	Desvio Padrão	<i>F</i> (2,9)
Sem gravidade	3	50.00	5.292	7.074*
Grave	6	43.50	8.044	
Muito grave	3	29.67	4.509	
Total	12	41.67	9.912	

* $p < .05$

Por fim, recorrendo à amostra total ($N = 81$), criaram-se dois sub-grupos: os que se auto-relataram como não vítimas ($n = 67$) e como vítimas ($n = 14$). Através do teste de associação Qui-Quadrado, verificaram-se apenas diferenças tendencialmente significativas ao nível do sexo, qui-quadrado ($X^2(1) = 3.272$), $p = .063$, ou seja, uma proporção maior de vítimas era do sexo feminino (79%), sendo que as não vítimas estavam distribuídas de forma equitativa por ambos os sexos (52% mulheres e 48% homens).

Discussão

Quando se analisam os resultados da escala E.C.V.C, em termos totais, estes apontam para uma reduzida legitimação da violência na intimidade por parte da comunidade lusófona residente em Portugal. Esta conclusão vai de encontro ao recente relatório sobre violência baseada no género, Gender based Violence, (Eurobarometer, 2016), o qual envolveu os 28 países da União Europeia, e nos informa que a maior parte dos participantes (96%) considerou errada a violência doméstica contra as mulheres. Este resultado vai, ainda, de encontro aos estudos já apresentados, nomeadamente os de Machado, Matos e Moreira (2003), Caridade (2011), Mendes e Cláudio (2010), Ventura, Frederico-Ferreira e Magalhães (2013), Machado et al. (2009), Machado (no prelo, cit. in Matos, 2006), uma vez que, em todos eles, e na sua generalidade, os participantes apresentavam um nível reduzido de concordância com as crenças legitimadoras da violência. Esse resultado é encorajador na medida em que nos dá uma visão otimista e de mudança, levando-nos a acreditar que se está no caminho certo a nível das principais intervenções implementadas na luta contra este enorme flagelo.

Contudo, quando comparamos os nossos resultados com os estudos efetuados em território africano (Nascimento, Ribeiro & Sousa, 2014; Tomás, 2016), verificamos

que estes não vão de encontro às evidências encontradas nestes países, as quais se caracterizam por uma maior legitimação da violência devido, segundo Taela (2006, cit. in Tomás, 2016), a uma socialização diferenciada com base no sexo, na crença da superioridade masculina, na instituição de normas que concebem a mulher como propriedade do homem e na aceitação da violência como forma de resolução de conflitos. Algo que explica esta diferença nas crenças poderá ser o facto da comunidade residente em Portugal pelo tempo de permanência (tempo médio de residência em Portugal de 14.2 anos), por ser uma amostra jovem (média de idades de 33.7 anos), por terem um nível socioeconómico médio/alto e profissões diferenciadas, provavelmente aculturou-se às formas de pensar dos ditos “países desenvolvidos”, tendo acesso a mais informação levando, por sua vez, a uma maior censura da violência. Aliás, dando força a este argumento, verificamos que a hipótese inicial de que os participantes residentes há mais tempo em Portugal apresentavam uma menor legitimação face à violência foi corroborada neste estudo.

Para uma análise mais aprofundada, e recorrendo aos estudos de L. Machado (2001; 2003), podemos considerar que nesta amostra encontramos as duas tipologias de africanos, conforme sugeridas pelo autor: os luso-africanos e os novos luso-africanos, uma vez que os seus tempos de residência (média 14.2 anos), a maior percentagem de profissões diferenciadas (46.9%), a significativa percentagem de estudantes (23.5%), as datas de chegada (alguns vivem em Portugal há 43 anos), a idade média de 33.7 anos, as características sociais e culturais, a nacionalidade portuguesa que muitos detêm (29.6%) e o apresentar um nível socioeconómico médio/médio alto (60.5%), são características dessas duas tipologias (excluindo, de alguma forma, os migrantes laborais). Isto leva-nos a sugerir que tanto na amostra do estudo como nas duas tipologias, o processo de assimilação cultural e, por conseguinte, a defesa de crenças defendidas pela sociedade portuguesa já fazem parte da sua realidade vivencial. Poderemos, ainda, avançar que as campanhas levadas a cabo em Portugal de prevenção e informação / sensibilização surtiram, de alguma forma, efeito, indo de encontro ao estudo de Neves, Cameira, Machado, Duarte e Machado (2016), em que uma das principais conclusões remete para uma maior eficácia em Portugal, em detrimento de Cabo Verde, das campanhas contra a violência desenvolvidas ao longo dos tempos pelos governos e sociedade civil.

Relativamente aos fatores específicos de legitimação avaliados na E.C.V.C., os resultados foram de encontro à primeira hipótese formulada e aos dados da literatura,

nomeadamente aos estudos efetuados por Machado, Matos e Moreira (2003), Machado et al. (2009), Machado (no prelo, cit. in Matos, 2006) e Sousa, Baúto e Rodrigues (2011), os quais revelaram que a violência era mais legitimada quando se tratava da “*pequena violência*” no contexto das relações íntimas (F1). Este resultado poderá estar de acordo com a baixa legitimação da violência, levando a que o fator mais legitimado fosse a banalização da “*pequena violência*”. Este resultado significa que é importante continuar a trabalhar na prevenção e sensibilização das populações, na medida que se deve também erradicar a aceitação de formas de violência consideradas mais “suaves” (e.g., bofetada, insulto).

Podemos, ainda, realçar que os resultados atribuíram um carácter importante ao papel da mulher como culpada e instigadora da violência, na medida que o fator 2 foi o segundo fator mais legitimado. Este dado está de acordo com a literatura, tanto em estudos com a população africana (sociedades patriarcais onde a mulher assume um papel de submissão, sendo culpabilizada pelos comportamentos agressivos do marido), como com a população europeia, sugerindo que a amostra deste estudo poderá ter assimilado influências dessas duas culturas, e de forma clara, essa crença. Também nos estudos de Machado, Matos e Moreira (2003), González-Ortega, Echeburúa e Corral (2008, cit. in Ventura, Frederico-Ferreira & Magalhães, 2013), NHaj-Yahia e Uysal (2011) e Haj-Yahia e Shen (2015), as conclusões revelaram que as crenças mais conservadoras estavam ligadas à tendência dos homens em culpabilizar as mulheres, acreditando que as mesmas beneficiavam e eram responsáveis pelo abuso sofrido. Esses resultados significam que é importante, por um lado, continuar a combater crenças como “*as mulheres gostam de sofrer*”, “*são as mulheres que provocam os maridos*”, atribuindo ao homem um papel ativo nas dinâmicas abusivas, e, por outro, desenvolver campanhas no combate à violência, que sejam inclusivas envolvendo tanto homens como mulheres.

Este estudo suportou a hipótese de que o sexo masculino legitima mais a violência na intimidade que o sexo feminino. Mais uma vez, este resultado está em sintonia com os dados da literatura, nomeadamente com os estudos de Machado, Matos e Moreira (2003), Caridade, (2011), Mendes e Cláudio (2010), Ventura, Frederico-Ferreira e Magalhães (2013), Machado (no prelo, cit, Matos, 2006), Sousa, Baúto e Rodrigues (2011) e Haj-Yahia e Shen (2015), em que os participantes do sexo masculino revelaram perceções mais tolerantes e reforçadoras das crenças legitimadoras

da violência. Esses resultados significam também que é importante tornar as campanhas de combate à violência mais inclusivas envolvendo tanto homens como mulheres.

Este estudo suporta, ainda, a hipótese que os participantes residentes em zonas urbanas apresentavam uma menor tolerância à violência. Este dado é corroborado pela literatura através de vários estudos (Dalal et al., 2012; Hindin, 2003; Uthman et al., 2009; Waltermaurer et al., 2013; Antai & Antai, 2009, cit. in Wang, 2016). Também Tran, Nguyen e Fisher (2016), num estudo realizado em 39 países, revelaram que a violência contra as mulheres era mais legitimada e justificada socialmente em pessoas residentes em zonas rurais, sugerindo que a informação sobre a violência na intimidade é mais efetiva, tem mais impacto e atinge um maior número de pessoas nas zonas urbanas. Isso significa que a população das zonas rurais, porventura pelo isolamento e menor acesso à informação deveria beneficiar mais de campanhas informativas e de sensibilização sobre o fenómeno.

Relativamente ao estado civil, os resultados não foram conclusivos, o mesmo acontecendo para a variável nível socioeconómico. O estudo não corroborou a hipótese de que os mais velhos sustentavam mais crenças sobre a violência na intimidade, tal como o estudo de Sousa, Baúto e Rodrigues (2011), que concluíram ser a idade uma variável que não alterava as crenças. No entanto, o nosso estudo não vai de encontro à maior parte dos artigos encontrados na revisão bibliográfica. O estudo de Ventura, Frederico-Ferreira e Magalhães (2013), revelou jovens inquiridos a não legitimarem a violência. Por sua vez, Wang (2016) menciona muitos estudos que mostraram pessoas mais novas associadas à aceitação da violência entre o casal (e.g., Hindin, 2003; Khawaja et al., 2007; Koenig et al., 2003; Rani & Bonu, 2009; Uthman et al., 2009). Em Portugal, os estudos de Caridade (2011), Mendes e Cláudio (2010) ambos citados por Ventura, Frederico-Ferreira e Magalhães (2013) concluíram que os estudantes mais novos revelavam uma maior tolerância à violência. Estes resultados sobre a idade significam, uma vez que não são consensuais, um enraizamento das crenças nas diferentes faixas etárias sendo por isso importante investir em campanhas informativas, formativas e de sensibilização tanto nas camadas jovens como nas mais velhas.

Outra das hipóteses não corroboradas neste estudo foi a de que os participantes que tinham profissões indiferenciadas revelavam mais crenças sobre a violência na intimidade. Esta hipótese era baseada no pressuposto que estes não teriam tanto acesso a meios de informação e de sensibilização, levando a que assumissem crenças erradas e

legitimadoras da violência. Os dados também não apontaram para diferenças significativas entre as vítimas e não vítimas, não corroborando o pressuposto inicialmente estabelecido de que participantes que são vítimas de violência na intimidade apresentavam uma maior legitimação face à violência (provavelmente por influência de estereótipos culturais, pela importância da preservação da família e pela crença de que o ato violento foi um comportamento isolado, segundo a opinião de Matos, 2006) tal como no estudo efetuado por Machado (no prelo, cit. in Matos, 2006) em que as mulheres vítimas de violência foram mais legitimadoras da violência. Os nossos resultados vão de encontro às conclusões de Felix (2012), que, com o mesmo instrumento, não encontrou diferenças significativas entre vítimas e não vítimas. A autora explica esses resultados através da reduzida percentagem da vitimação na amostra (4%), não permitindo que a comparação tivesse poder suficiente para detetar diferenças significativas. Apesar de se ter verificado no nosso estudo uma percentagem de 17.1% de vítimas ($n = 12$), pensamos que este valor também não foi suficiente para se poder tirar qualquer tipo de conclusões.

O estudo permitiu-nos concluir que o grupo de participantes que não teve contacto com casos de violência na intimidade legitimou mais a violência. Podemos avançar para uma explicação face a estes resultados, ou seja, aqueles que tiveram contato com casos de violência na intimidade, perceberam, em contexto real, que se trata de uma séria violação dos direitos humanos, para além de assimilarem a gravidade e complexidade do fenómeno. A sua posição assume-se como crítica e não legitimadora dessa conduta. Por outro lado, aqueles que não tiveram contato desconhecem o fenómeno, tendo uma atitude mais legitimadora. Esta explicação não encontra, contudo, suporte nos estudos de Lichter e McCloskey (2004, cit. in Félix, 2012), os quais demonstraram que os jovens em contato com ambientes violentos tendem a legitimar mais violência, considerando que se pode recorrer à mesma de forma aceitável para resolver os conflitos. Esses resultados significam que é importante continuar a combater o fenómeno, tanto a nível daqueles que estão expostos ao problema, para que reforcem as suas posições de recriminação, como a nível daqueles que não estão expostos, para que fiquem mais informados e sensibilizados e assumam atitudes e posições recriminatórias.

Paralelamente, não se verificou qualquer relação entre o número de contactos

com casos de violência na intimidade e a sua legitimação. Contrariando esta conclusão, o relatório Gender based Violence (Eurobarometer, 2016) refere que quase um quarto dos participantes conhecia alguém entre amigos e familiares que foi vítima de violência doméstica, remetendo-nos, desta forma, para a abrangência do fenómeno e para a sua saída da esfera privada para a pública (ou pelo menos para a esfera da família e amigos), o que poderá ser um bom indicador no combate à violência na intimidade.

O estudo não suporta, ainda, a hipótese que os participantes mais próximos de formas de conhecimento sobre a violência na intimidade, através de campanhas nos *mass media*, leitura de artigos, livros, revistas, entre outros, são menos legitimadores do que os participantes com menos proximidade. Analisando especificamente o papel dos *mass media*, o nosso resultado vai de encontro ao estudo de Donnerstein e Linz (1986) citados por Conde e Machado (2010), na medida em que os dados indicaram não ser possível estabelecer uma relação de causa-efeito entre os *media* e as atitudes, ainda que os *media* possam reforçar atitudes e valores pré-existentes acerca da mulher e da violência. Esta ilação contraria a ideia de que estando mais em contacto com os *media* haverá uma menor legitimação da violência na medida em que há um maior acesso à informação.

Sobre as vítimas, não se verificaram as hipóteses que os participantes que são vítimas com mais frequência e há mais tempo apresentavam uma maior legitimação da violência, tendo subjacente as ideias de Matos (2006) e Machado, Matos e Moreira (2003) de que uma vitimação prolongada no tempo e muito frequente poderia levar a vítima a assumir a violência como um comportamento “normal”, desculpabilizando e minimizando a sua atitude legitimadora. Já na gravidade dos episódios encontraram-se diferenças significativas mas os resultados não foram de encontro à nossa hipótese de que os participantes vítimas de violência com muita gravidade apresentavam uma maior legitimação face à violência. O estudo revelou que aqueles que avaliaram os episódios como não graves legitimaram mais a violência e os que avaliaram a violência como muito grave legitimaram menos. Como possível explicação, sugerimos que o fato de legitimarem a violência pode levar a que percecionem o episódio como menos grave, minimizando-o e “desculpabilizando-o” e o fato de não aceitarem e serem menos tolerantes pode levar a que o percecionem como mais grave, imputando-lhe um carácter mais recriminatório.

Por fim, no subgrupo das vítimas ($n=14$) e não vítimas ($n=67$), verificou-se uma maior percentagem de vítimas do sexo feminino. Estes resultados vão de encontro à literatura que assume uma maior percentagem de mulheres como vítimas. Por exemplo, no RASI (2016), 79.9% de vítimas são do sexo feminino e 20.1% do sexo masculino. Estão também em conformidade com os estudos africanos de Nascimento, Ribeiro e Sousa (2014) e Tomás (2016) em que a vítima é maioritariamente do sexo feminino, legitimando o papel social da mulher numa sociedade em que os valores patriarcais e de dominação masculina assumem ainda um papel preponderante. Apesar destes resultados e dos estudos de prevalência em África reportarem para uma maior incidência de vitimação nas mulheres, este dado não é exclusivo deste continente. Assim, houve neste estudo uma continua preocupação em torna-lo inclusivo, procurando sempre dados relativos à vitimação de homens e mulheres. Exemplo desta preocupação foi também a adaptação da escala E.C.V.C de forma a torná-la mais inclusiva.

Em jeito de conclusão...

O estudo respondeu à questão de investigação: “*Quais são as crenças que a comunidade africana lusófona residente em Portugal sustenta sobre a violência nas relações de intimidade?*”, identificando e discutindo essas mesmas crenças e contribuindo para um maior conhecimento desta comunidade.

Com esta investigação pretendeu-se estabelecer um ponto de partida para estudos com a mesma população-alvo, uma vez que pouca literatura foi encontrada tendo por foco a comunidade africana lusófona residente em Portugal e a encontrada remonta aos longínquos anos 90, princípios de 2000. Ora, deste então Portugal assistiu, por um lado, a uma mudança de paradigma (inclusive sobre a natureza do crime) neste domínio da violência na intimidade e, por outro, a dimensão desta comunidade na sociedade portuguesa continuou a ser significativa, fazendo parte de um passado histórico que a faz integrante e com um papel ativo e importante na caracterização dessa mesma sociedade. Assim, o aspeto inovador desta investigação esteve no grupo alvo escolhido, uma vez que encontramos muita literatura sobre crenças / atitudes.

Julgamos, ainda, que este estudo reforça o V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, 2014-2017, contribuindo para uma maior compreensão do fenómeno da violência na intimidade, desta feita junto da comunidade africana lusófona em Portugal, gerando pistas /conhecimentos / informações que

possam ajudar a atingir metas na Área Estratégica 5 — Investigar e Monitorizar — medida 53, ou seja, adotar um instrumento de registo nos CNAI (Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante) e CLAII (Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes) para recolha de informação do número de casos de violência doméstica registados nas comunidades imigrantes. Como objetivos últimos deste estudo, pretendeu-se, ainda, contribuir para uma maior consciencialização do tema junto do grupo-alvo, para a alteração progressiva dos valores sociais e mentalidades, contrariando estereótipos existentes que fomentam a violência na intimidade, para a mudança dos discursos sobre estas comunidades e, dentro destas comunidades, os discursos sobre a violência na intimidade e, por fim, para o apoio ao desenvolvimento de ações político-legais que visem a combate à elevada incidência deste enorme flagelo.

Como limitações ao estudo podemos referir, na parte dos dados sociodemográficos, a não inclusão, por mero lapso, da variável escolaridade. São vários os estudos que assumem uma correlação entre a escolaridade e o grau de legitimação da violência, ficando, assim, uma variável importante por analisar. Outra das limitações foi o fato de se ter perguntado aos participantes se já foram vítimas faltando perguntar-lhes se já foram agressores, uma vez que são conhecidas as elevadas taxas de sobreposição desses papéis neste tipo de violência (e.g., Machado, Hines & Matos, 2017). Outra limitação foi desconhecermos se a vitimação reportada pelos participantes, quando se assumiam como vítimas, dizia respeito a episódios de violência ocorridos na relação atual ou em anteriores relações. O efeito tempo pode ter impacto na forma como a violência é mais ou menos legitimada no presente. Os participantes que se assumiram como vítimas viviam na sua totalidade em zonas urbanas, o que pode enviesar os resultados na medida em que não se obteve o relato de vítimas que vivem em zonas rurais, constituindo, desta forma, mais uma limitação. Por fim, ter sido um inquérito online significa só envolver participantes que, por um lado, sabem manusear e lidar com a internet e, por outro, não têm dificuldades em aceder à mesma. São habitualmente pessoas com profissões mais diferenciadas que estão em permanente contato com a internet, conclusão esta corroborada pelos dados sociodemográficos que revelaram que o maior grupo de participantes (46.9%) ocupava profissões diferenciadas.

Referências

- Conde, A. R., & Machado, C. (2010). Violência conjugal: Representações e significados no discurso mediático. *Psicologia*, 24(1), 17-47. Retirado de http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-20492010000100002&lng=pt&tlng=pt.
- European Commission. (2016). Special Eurobarometer 449. Report “*Gender-based violence*”. European Union. Retirado de <http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/index.cfm/ResultDoc/download/DocumentKy/75837>
- Félix, D. S. (2012). *Crenças de legitimação da violência de género e efeitos de campanhas de prevenção: um estudo exploratório* (Tese de Mestrado Integrado em Psicologia – Secção de Psicologia da Educação e da Orientação). Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Gusmão, N. M. (2004). Os filhos da África em Portugal: Antropologia, multiculturalidade e educação. In *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra. Coimbra.
- Haj-Yahia, M., & Shen, A. (2015). Beliefs about wife beating among social work students in Taiwan. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 1–25. doi:10.1177/0306624X15621898
- Haj-Yahia, M., Sousa, C., Alnabilsy, R., & Elias, H. (2015). The Influence of Palestinian Physicians Patriarchal Ideology and Exposure to Family Violence on Their Beliefs about Wife Beating. *Journal Family Violence*, 30(3), 263–276. doi: 10.1007/s10896-015-9671-4
- Machado, A. P., Hines, D., & Matos, M. (2017). *Characteristics of Intimate Partner Violence Victimization Experienced by a Sample of Portuguese Men*. Manuscrito submetido para publicação, Universidade do Minho, Braga.
- Machado, C., Matos, M., & Moreira, A. I. (2003). Violência nas relações amorosas:

- Comportamentos e atitudes na população universitária. *Psychologica*, 33, 69-83.
Retirado de <https://www.researchgate.net/publication/291796677>
- Machado, C., Matos, M., & Gonçalves, M. (2008). *Manual da Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (E.C.V.C.) e Inventário de Violência Conjugal (I.V.C.)*. Braga: Psiquilibrios Edições.
- Machado, C., Matos, M., Saavedra, R., Cruz, O., Antunes, C., Pereira, M., ... Capitão, L. (2009). Crenças e atitudes dos profissionais de enfermagem face à violência conjugal: Estudos com profissionais de saúde, polícia e professores. *Ata Médica Portuguesa*, 22(6), 735-742. Retirado de <http://www.repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/30941/1/Revista%20Ata%20Médica%20VD%20crenças%20e%20atitudes%20dos%20profissionais.pdf>
- Machado, L. F. (1996). Luso-africanos em Portugal: Nas margens da etnicidade. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 16, 111-134. Retirado de <http://sociologiapp.iscte-iul.pt/pdfs/24/239.pdf>
- Machado, L. F. (2001). População africana em Portugal: Um mosaico social e cultural. *Janus 2001- Anuário de Relações Exteriores*, 178-179. Lisboa. Retirado de https://www.janusonline.pt/arquivo/2001/2001_3_3_6.html#dados
- Machado, L. F. (2003). Imigração e imigrantes em Portugal: Parâmetros de regulação e cenários de exclusão. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 41, 183-188. Retirado de http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292003000100008&lng=pt&tlng=pt
- Martins, C. (2011). *Manual de análise de dados quantitativos com recurso ao IBM SPSS: Saber decidir, fazer, interpretar e redigir*. Braga: Psiquilibrios Edições.
- Matos, M. (2006). *Violência nas relações de intimidade: Estudo sobre a mudança psicoterapêutica da mulher* (Tese de Doutoramento). Universidade do Minho, Braga.
- Nascimento, E., Ribeiro, A. P., & Souza, E. R. (2014). Perceções e práticas de profissionais de saúde de Angola sobre a violência contra a mulher na relação conjugal. *Cadernos Saúde Pública*, 30(6), 1229-1238. doi: 10.1590/0102-311X00103613

- Neves, A. S., Cameira, M., Machado, M., Duarte, V., & Machado, F. (2016). Beliefs on marital violence and self-reported dating violence: A comparative study of cape verdean and portuguese adolescents. *Journal of Child & Adolescent Trauma*. doi 10.1007/s40653-016-0099-7
- NHaj-Yahia, M., & Uysal, A. (2010). Toward an integrative theoretical framework for explaining beliefs about wife beating: A study among students of nursing from Turkey. *Journal of Interpersonal Violence*, 26(7), 1401–1431. doi: 10.1177/0886260510369135
- Portugal. Ministério da Administração Interna, Sistema de Segurança Interna. (2016). *RASI - Relatório Anual de Segurança Interna 2016*. Retirado de <http://www.portugal.gov.pt/media/26816790/20170331-pm-rasi.pdf>
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/201. Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, 2014-2017. *Diário da República*, 1.ª série — N.º 253 — 31 de dezembro de 2013.
- Sousa, O., Baúto, R., & Rodrigues, T. (2011). *Crenças de Enfermeiros e Estudantes de Enfermagem acerca da Violência Conjugal*. Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz, 1º ano, 2-23.
- Tomás, A. E. (2016). *A violência contra a mulher: Um estudo de caso nas cidades de Maxixe e de Nampula* (Tese de Doutoramento). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- Tran, T., Nguyen, H., Fisher, J., & Mortimer, K. (2016). Attitudes towards intimate partner violence against women among women and men in 39 low- and middle-income countries. *PLoS ONE* 11(11): e0167438. doi:10.1371/journal.pone.0167438
- Ventura, C. A., Frederico-Ferreira, M. M., & Magalhães, M. J. (2013). Violência nas relações de intimidade: Crenças e atitudes de estudantes do ensino secundário. *Revista de Enfermagem Referência*, III Série, 11, 95-103. doi:10.12707/RIII12120
- Wang, L. (2016). Factors influencing attitude toward intimate partner violence. *Agression and Violent Behavior*, 29, 72-78. doi: 10.1016/j.avb.2016.06.0